SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

Uma Análise sobre a ADI 4.245

Aline Fátima Menezes
(UNIPTAN, Direito, menezesaline1501@gmail.com)
Rafhaella de Paula Pereira Silva
(UNIPTAN, Direito, rafhaella09@hotmail.com)

RESUMO: O sequestro internacional de crianças e adolescentes é um fenômeno preocupante que afeta milhares de famílias globalmente, com cerca de 1.200 casos registrados anualmente na Europa e um aumento significativo no Brasil. Este artigo visa examinar as principais causas de retenções, analisando suas implicações legais, sociais e emocionais. A pesquisa destaca a Convenção de Haia de 1980 como um instrumento fundamental para o retorno de crianças sequestradas, estabelecendo diretrizes que visam a proteção infantil e enfatiza as complexidades jurídicas envolvidas. O impacto psicológico nas vítimas é abordado, evidenciando a necessidade de apoio psicológico e jurídico durante o processo de reintegração. Por fim, o artigo propõe medidas de prevenção e resolução, enfatizando a importância da cooperação internacional e do fortalecimento de políticas públicas para a proteção das crianças.

Palavras-chave: sequestro internacional, crianças, direitos humanos, Convenção de Haia, reintegração.

1 INTRODUÇÃO:

O sequestro internacional de crianças e adolescentes é um problema preocupante que transcende fronteiras e afeta milhares de famílias em todo o mundo. No Brasil, as ocorrências aumentaram significativamente nos últimos anos. Essa verdade mostra que as crianças são vulneráveis e que os sistemas de proteção estão falhando. É necessária uma análise urgente e crítica.

Esse assunto se torna mais importante quando se leva em consideração os direitos humanos e a proteção integral de menores. Além de ser uma infração legal, o sequestro internacional viola os direitos fundamentais das crianças, prejudicando seu crescimento emocional, social e psicológico. É imprescindível que a sociedade e os legisladores sejam

alertados sobre a importância de proteger as crianças de migrantes e conflitos familiares, assim como, entender as falhas nos sistemas de proteção e a eficácia dos tratados internacionais. A multiplicidade de sistemas jurídicos e a falta de harmonização das legislações dificultam a resolução desses casos, tornando essencial a reflexão sobre como melhorar a resposta internacional.

O principal objetivo deste artigo é examinar o sequestro internacional de crianças e adolescentes. Ele examina as razões para esse fenômeno, a análise da ADIe também discute possíveis soluções para mitigação e resolução do problema. Ao fornecer uma perspectiva abrangente e fundamentada, o objetivo é promover um debate mais informado e a criação de soluções que garantam a segurança e os direitos das crianças, bem como um ambiente mais justo e seguro para seu desenvolvimento.

A pesquisa foi realizada por meio de uma análise qualitativa de literatura especializada, incluindo tratados internacionais, jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) do Brasil e estudos de caso que ilustram a aplicação da Convenção de 1980. A coleta de dados também incluiu a revisão de políticas e práticas de cooperação entre países.

Os resultados indicam que, embora a Convenção de Haia ofereça uma estrutura importante para o retorno de crianças sequestradas, a sua eficácia é frequentemente prejudicada pela falta de colaboração entre Estados e interpretações divergentes das normas. O estudo destaca a necessidade de fortalecer a capacitação de autoridades, melhorar a comunicação entre países e oferecer suporte abrangente às famílias afetadas.

2 O QUE É CONSIDERADO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES?

De acordo com a Convenção, o sequestro nada mais é que a ação de retirar um menor de 16 anos do seu local de residência e transportá-lo para outro país sem autorização de quem detenha a sua guarda, ou seja, de forma ilegal. Além disso, também se encaixa na definição de sequestro em casos em que o menor viaja ao exterior com autorização do outro responsável e é retido além do prazo autorizado, em violação ao direito de custódia, assim, o menor viaja de forma legal e ao ser retido no país por um dos familiares, se torna ilegal.

Barbosa (2017) explica que esses casos são frequentes em contextos de divórcios litigiosos, onde um dos pais tenta obter vantagem sobre o outro, removendo a criança do país. Esse comportamento não só viola o direito de custódia, como também prejudica

profundamente o desenvolvimento psicológico da criança, que se vê afastada do ambiente familiar e escolar ao qual está habituada.

A Convenção de Haia sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, assinada em 1980, é um meio pelo qual o sequestro internacional de crianças pode ser abordado. O objetivo deste tratado é proteger crianças de remoções ou retenções ilegais e garantir seu retorno imediato à sua terra natal. Para isso, o país de origem pode solicitar judicialmente o retorno da criança em conjunto com as autoridades do país onde está retida por meio da convenção, que prioriza o bem-estar da criança.

Importante ressaltar que antes do sequestro, o país de origem da criança deve ser considerado seu "país habitual" para que o retorno da criança seja possível. Além disso, é necessário verificar que o sequestro foi realizado sem o consentimento do outro responsável e que o retorno será no melhor interesse da criança.

“As remoções ilegais de crianças para outro país são vistas como uma tentativa de unilateralmente mudar a jurisdição da disputa de custódia, o que vai contra o princípio do melhor interesse da criança, defendido tanto pela Convenção de Haia quanto pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989)” (Lima, 2018).

Para evitar o sequestro internacional, os pais podem incluir cláusulas em seus acordos de custódia que proíbem viajar fora do país sem o consentimento do outro responsável. As medidas legais podem ser tomadas para informar as autoridades competentes em casos em que exista o risco de sequestro.

Há de se falar em dois tipos de retenção, a internacional e nacional, que se diferem principalmente na jurisdição e localização da criança.

“No sequestro nacional, o conflito ocorre dentro das fronteiras de um mesmo país, e, portanto, é resolvido com base em sua legislação interna. Já o sequestro internacional envolve dois ou mais países e requer a aplicação de tratados internacionais para assegurar o retorno da criança” (Lima, 2020).

Assim, no sequestro nacional a criança é levada ou retida em um local diferente de onde mora normalmente sem a permissão do outro responsável. Como todas as partes estão sob a mesma jurisdição, esse tipo de sequestro é tratado dentro do sistema legal de um único país, o que normalmente torna os procedimentos mais fáceis e menos complicados.

As consequências legais também variam. Barbosa (2017) enfatiza que o sequestro internacional é muito mais complexo juridicamente, pois exige cooperação entre Estados e envolve múltiplos sistemas legais, o que pode prolongar a resolução dos casos. Lima (2020) complementa, afirmando que as disputas legais em casos internacionais são afetadas por questões culturais, além de diferenças nos sistemas de guarda e no entendimento sobre o melhor interesse da criança.

Por outro lado, o sequestro nacional, embora ainda possa causar traumas, tem um processo legal mais simples porque as leis locais são aplicadas.

Por exemplo, no caso de sequestro internacional, um pai pode levar a criança para uma viagem ao exterior e optar por permanecer em outro país. No sequestro nacional, a criança pode ser levada de casa por um dos pais e levada para viver em outra cidade dentro do mesmo país sem o consentimento do outro responsável.

Essas variações mostram como a localização e o contexto jurídico afetam a natureza e a resolução dos casos de sequestro de crianças, destacando a complexidade do sequestro internacional em comparação com o sequestro nacional.

Embora a Convenção de Haia tenha estabelecido diretrizes para o retorno de crianças sequestradas, existem problemas para implementar essas diretrizes no mundo real. E as famílias muitas vezes se veem envolvidas em litígios prolongados, que afetam sua estabilidade emocional e financeira, além do que, os processos judiciais podem ser longos e agonizantes.

De acordo com Freitas (2020), mesmo que a Convenção de Haia estabeleça diretrizes claras para a resolução desses casos, visando o retorno imediato da criança ao seu país de residência habitual. Existem desafios práticos para a implementação dessas diretrizes, especialmente quando os países envolvidos possuem sistemas jurídicos e culturais muito distintos.

3 CONSEQUÊNCIAS LEGAIS E SOCIAIS

As consequências legais do sequestro internacional variam significativamente entre jurisdições e são complexas. Embora a Convenção de Haia tenha estabelecido diretrizes para o retorno de crianças sequestradas, existem problemas para implementar essas diretrizes no mundo real. E as famílias muitas vezes se veem envolvidas em litígios prolongados, que afetam sua estabilidade emocional e financeira, além do que, os processos judiciais podem ser longos e agonizantes.

De acordo com Freitas (2020), mesmo que a Convenção de Haia estabeleça diretrizes claras para a resolução desses casos, visando o retorno imediato da criança ao seu país de residência habitual. Existem desafios práticos para a implementação dessas diretrizes, especialmente quando os países envolvidos possuem sistemas jurídicos e culturais muito distintos.

As consequências sociais são igualmente graves. As vítimas de sequestro podem lidar com estigmas e preconceitos que os impedem de se reintegrar socialmente. A dinâmica familiar também pode mudar drasticamente devido a tensões e dificuldades de comunicação

entre os membros. Para reduzir esses efeitos e criar um ambiente de acolhimento e recuperação, o apoio comunitário e o envolvimento de serviços sociais são essenciais.

“Além das barreiras jurídicas, as crianças sequestradas enfrentam desafios sociais significativos ao tentar se reintegrar após o retorno. Muitas vezes, a dinâmica familiar muda drasticamente, e a criança pode ser estigmatizada ou ter dificuldades em reconstruir suas relações sociais e familiares” (Babrosa, 2017).

A atmosfera familiar muitas vezes fica frágil, com emoções tensas e conflitos não resolvidos. Esse processo pode ser mais fácil com programas de reintegração que oferecem apoio psicológico e terapia familiar. No entanto, a escassez de recursos e a falta de formação de profissionais são desafios significativos. Portanto, as políticas públicas devem priorizar o apoio à reintegração, incentivando a capacitação de profissionais e estabelecendo redes de apoio comunitário.

O bem-estar emocional e psicológico das crianças e adolescentes é gravemente prejudicado pelo sequestro internacional. As vítimas geralmente experimentam uma variedade de reações emocionais, como dificuldades de adaptação, ansiedade e depressão. Segundo Silva (2015), muitas crianças sequestradas desenvolvem transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), apresentando sintomas como pesadelos e dificuldades de relacionamento. Essas crianças, muitas vezes, perdem o contato com um dos pais e, além do trauma emocional da separação, sofrem com a adaptação forçada a uma nova cultura ou ambiente.

Além disso, ficar longe dos cuidadores principais faz com que seja difícil criar relacionamentos fortes. O impacto emocional do sequestro não se limita ao período do sequestro; ele pode se espalhar pelo resto da vida, afetando a saúde mental e as relações interpessoais. É fundamental que assistentes sociais e profissionais de saúde mental estejam preparados para reconhecer e tratar esses traumas, fornecendo suporte psicológico adequado tanto durante quanto após o processo de reintegração.

“O trauma pode ser agravado pela incerteza jurídica que envolve os casos de sequestro internacional. As longas batalhas judiciais e o medo de serem separadas novamente dos seus cuidadores afetam diretamente o estado emocional da criança. Além disso, a ausência de uma rede de apoio emocional e psicológico adequada durante o processo pode prejudicar o desenvolvimento da criança em diferentes aspectos da vida” (Souza e Pereira, 2020)

Lopes (2021) complementa que o suporte psicológico para essas crianças deve ser prioritário, especialmente quando se considera que o impacto do sequestro não se restringe ao período do crime, mas pode reverberar por toda a vida, afetando a saúde mental, a vida escolar, juntamente com as relações interpessoais da criança.

4 NORMAS E TRATADOS INTERNACIONAIS CONVENÇÃO DE HAIA SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

(1980): SEU PAPEL NA RESOLUÇÃO DE DISPUTAS DE SEQUESTRO INTERNACIONAL.

4.1 CONVENÇÃO DE HAIA SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS (1980)

A Convenção de Haia de 1980 é um dos principais instrumentos internacionais voltados para a resolução de casos de sequestro internacional de crianças. O tratado foi criado para lidar com situações em que um dos pais ou responsável remove ou retém uma criança em um país estrangeiro sem o consentimento do outro responsável legal, violando os direitos de guarda estabelecidos no país de origem.

4.2 OBJETIVOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Retorno Imediato: O princípio básico da Convenção é assegurar o retorno imediato da criança ao seu país de residência habitual, restabelecendo a jurisdição onde questões como guarda e visitação podem ser resolvidas.

Proteção da Criança: A Convenção busca proteger a criança de danos psicológicos e físicos que podem surgir devido a mudanças abruptas de ambiente e a privação de convívio com um dos pais.

Prevenção de sequestros futuros: Ao facilitar o retorno rápido da criança, a Convenção desincentiva tentativas de sequestro internacional como uma tática para obter vantagens em disputas de guarda.

4.3 PROCEDIMENTOS E MECANISMOS:

Autoridades Centrais: Cada país signatário da Convenção deve estabelecer uma Autoridade Central que coordene a cooperação internacional e facilite o processo de retorno da criança.

Exceções ao Retorno: A Convenção prevê certas exceções ao retorno automático, como quando há risco grave de dano físico ou psicológico à criança, ou quando a criança já está adaptada ao novo ambiente.

Análise de Casos Práticos no Brasil: No Brasil, a Convenção foi incorporada ao ordenamento jurídico em 2000. O estudo de casos brasileiros pode demonstrar como a Convenção tem sido aplicada pelos tribunais, especialmente em situações onde o retorno da criança é contestado, e as particularidades da jurisprudência nacional em comparação a outros países signatários.

“Um dos casos mais emblemáticos julgados no Brasil envolveu o retorno de duas crianças à França, com base no artigo 12 da Convenção de Haia, que estabelece o retorno imediato da criança ao seu país de residência habitual, salvo em casos onde se comprove que o retorno causaria risco grave à criança” (Freitas, 2020).

5 CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA (1989)

Além da Convenção de Haia, a situação conta com outras convenções como meios para prevenção e resolução do problema, assim, a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adotada pelas Nações Unidas, é o tratado internacional mais amplamente ratificado, com foco na proteção dos direitos fundamentais das crianças. Embora não trate diretamente do sequestro internacional, é um documento essencial para garantir a proteção dos direitos da criança em qualquer contexto, inclusive em casos de sequestro.

Lopes (2021) aponta que essa convenção é essencial para assegurar que as crianças tenham seus direitos protegidos em nível internacional, complementando as disposições da Convenção de Haia ao garantir o direito da criança de ser ouvida em processos judiciais que a envolvem.

5.1 APLICAÇÃO NOS CASOS DE SEQUESTRO INTERNACIONAL:

Princípio do Melhor Interesse da Criança: A CDC estabelece que o melhor interesse da criança deve ser a principal consideração em todas as ações judiciais ou administrativas que lhe digam respeito, incluindo disputas de guarda e sequestro internacional.

Artigo 11: Esse artigo estabelece que os Estados devem tomar medidas para combater a transferência ilícita de crianças para fora de suas fronteiras, incluindo a promoção de acordos bilaterais e multilaterais, como a Convenção de Haia.

Acolhimento em Processos Judiciais: A CDC assegura que a opinião da criança seja ouvida nos processos que afetem sua vida, o que inclui processos de sequestro internacional. Isso é particularmente relevante em casos em que se avalia se o retorno imediato é ou não do interesse da criança.

6 OUTROS TRATADOS E CONVENÇÕES RELEVANTES

6.1 CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE RESTITUIÇÃO INTERNACIONAL DE MENORES (1989)

Assinada no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), essa convenção é uma complementação regional da Convenção de Haia, aplicando-se em especial aos países da América Latina e Caribe que nem sempre são signatários de Haia.

Similaridades com a Convenção de Haia: Esta convenção compartilha os mesmos objetivos de retorno rápido da criança e de evitar mudanças de jurisdição com base em remoção ilícita.

Diferenças e Complementaridade: No entanto, ela oferece alternativas para países que ainda não são parte da Convenção de Haia, proporcionando uma rede de cooperação mais próxima entre Estados latino-americanos.

6.2 CONVENÇÃO EUROPEIA SOBRE O RECONHECIMENTO E A EXECUÇÃO DE DECISÕES EM MATÉRIA DE CUSTÓDIA DE MENORES (LUXEMBURGO, 1980)

Reconhecimento de Decisões Judiciais: Esta convenção, que se aplica entre os países europeus, visa garantir que as decisões de custódia sejam reconhecidas e executadas de forma eficaz em todo o território dos Estados signatários, contribuindo para evitar o sequestro parental.

Cooperação entre Estados Europeus: A convenção facilita a cooperação judicial entre Estados-membros, harmonizando procedimentos para lidar com a retenção ilegal de menores.

6.3 CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DE TODAS AS PESSOAS CONTRA O DESAPARECIMENTO FORÇADO (2006)

Embora focada no desaparecimento forçado, essa convenção se aplica em alguns casos de sequestro internacional de crianças, especialmente em contextos de conflito ou repressão política, onde crianças são removidas de seus lares de maneira ilícita.

6.4 DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E COOPERAÇÃO JUDICIAL

Além dos tratados específicos, o direito internacional privado desempenha um papel crucial na resolução de disputas relacionadas ao sequestro internacional de menores. Em muitos casos, a aplicação dos tratados depende da interação entre normas de direito privado e público.

6.5 COOPERAÇÃO JUDICIAL INTERNACIONAL

Exequibilidade de Decisões Estrangeiras: Um aspecto importante a ser explorado é como as decisões judiciais de um país são reconhecidas e executadas em outro, no contexto de sequestro de crianças. Isso inclui os desafios de harmonização das leis nacionais com os tratados internacionais.

Conflitos de Jurisdição: O sequestro internacional de crianças frequentemente envolve questões de jurisdição, onde diferentes Estados podem ter leis conflitantes. A Convenção de Haia estabelece critérios para determinar a jurisdição adequada, geralmente baseada na "residência habitual" da criança.

Colaboração entre Autoridades Centrais: O papel das Autoridades Centrais e sua comunicação entre países é fundamental para o sucesso da implementação dos tratados, garantindo que a burocracia e diferenças legais não obstruam a rápida resolução dos casos.

7 JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE NO BRASIL

A análise de decisões judiciais brasileiras que aplicam a Convenção de Haia e outros tratados pode fornecer insights sobre como o país interpreta e implementa esses acordos internacionais. Casos notáveis podem ser estudados para destacar os desafios práticos e as abordagens legais adotadas pelos tribunais brasileiros.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). Aplicação da Convenção de Haia pelo STJ em casos de sequestro internacional de menores. Disponível em: STJ – Jurisprudência Convenção de Haia.

Esses tratados e convenções formam o arcabouço internacional que regula e protege os direitos das crianças em casos de sequestro internacional. A Convenção de Haia de 1980 desempenha um papel central, mas sua aplicação é complementada por outros instrumentos internacionais e regionais, como a Convenção Interamericana e a CDC. A cooperação entre Estados e a harmonia entre as normas de direito internacional privado são fundamentais para garantir uma resolução eficiente e justa para todas as partes envolvidas.

8 UMA ANÁLISE SOBRE A ADI 4.245

A ADI veio com o objetivo de questionar a aplicação da Convenção de Haia de 1980 no Brasil, especificamente quanto à sua compatibilidade com os direitos constitucionais brasileiros, como o direito à proteção integral da criança, o direito à convivência familiar e a soberania nacional. Assim é necessário a leitura dos artigos que visam o objetivo da convenção de Haia.

“Capítulo 1

Âmbito da Convenção

Artigo 1

A presente Convenção tem por objetivo:

- a) assegurar o retorno imediato de crianças ilicitamente transferidas para qualquer Estado Contratante ou nele retidas indevidamente;
- b) fazer respeitar de maneira efetiva nos outros Estados Contratantes os direitos de guarda e de visita existentes num Estado Contratante.

Artigo 3

A transferência ou a retenção de uma criança é considerada ilícita quando:

- a) tenha havido violação a direito de guarda atribuído a pessoa ou a instituição ou a qualquer outro organismo, individual ou conjuntamente, pela lei do Estado onde a criança tivesse sua residência habitual imediatamente antes de sua transferência ou da sua retenção; e
- b) esse direito estivesse sendo exercido de maneira efetiva, individual ou em conjuntamente, no momento da transferência ou da retenção, ou devesse está-lo sendo se tais acontecimentos não tivessem ocorrido. O direito de guarda referido na alínea a) pode resultar de uma atribuição de pleno direito, de uma decisão judicial ou administrativa ou de um acordo vigente segundo o direito desse Estado” (Brasil, 1999).

Como já citado, a Convenção visa garantir o retorno imediato de crianças que foram transferidas ilegalmente para qualquer Estado Contratante ou mantidas indevidamente, bem como garantir que os direitos de guarda e visita de um Estado sejam respeitados nos demais

Estados.

Quando o direito de guarda de uma pessoa é violado, a transferência ou retenção de uma criança é ilícita de acordo com a lei do estado onde a criança tinha sua residência habitual antes da transferência ou retenção. Além disso, esse direito deve ser exercido de forma eficaz no momento da transferência ou retenção, ou deve estar sendo exercido se tais eventos não tivessem ocorrido.

Assim, todas as áreas de aplicação da convenção se referem a situações em que a parte demandada está claramente desrespeitando seu direito de guarda.

A segurança do menor deve ser priorizada de acordo com o princípio do Melhor Interesse da Criança. Quando uma criança ou adolescente é transferida ou mantida ilegalmente fora do país, seu genitor já coloca sua segurança em risco. Assim, situações como essa exigem ações imediatas, rápidas e eficazes.

O melhor interesse da criança, previsto tanto na Constituição Federal quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é um princípio fundamental no Brasil. No entanto, a Convenção de Haia também possui dispositivos que preservam esse princípio, pois ela estabelece que a devolução de uma criança ao seu país de origem pode ser recusada se houver risco para o bem-estar da criança. A própria convenção prevê que as autoridades competentes devem avaliar, caso a caso, se a devolução seria prejudicial à criança, levando em consideração circunstâncias excepcionais.

A Convenção não impõe uma aplicação automática das decisões de retorno de crianças, já que ela estabelece que o Judiciário brasileiro deve analisar, caso a caso, se o retorno da criança ao seu país de origem é ou não adequado ao seu bem-estar. Em outras palavras, a Convenção de Haia não retira a soberania das decisões judiciais internas. O Judiciário brasileiro tem a competência para avaliar as circunstâncias de cada caso, considerando sempre o melhor interesse da criança, conforme a Constituição e o ECA.

Qualquer decisão judicial tomada por um profissional qualificado levará em consideração o caso específico, tornando desnecessário que a Suprema Corte reitere um princípio essencial da hermenêutica jurídica. A possibilidade de deferimento do retorno imediato da criança em decisão inaudita altera partes não é excluída pela correta aplicação da lei ao caso em questão. Por outro lado, para garantir a segurança e a estabilidade do menor, o magistrado pode tomar essa decisão se houver uma harmonia adequada entre a norma e a realidade.

Araújo (2006) distingue sobre estes pontos contraditórios:

Se por um lado ela estabelece um sistema que exige o retorno imediato da criança, por outro, o juiz precisa apreciar toda a prova para determinar se a saída foi ilícita nos termos do art. 3º e se estão presentes as exceções que impedem a volta da criança. (ARAÚJO, 2006, p. 26).

Portanto, tornar inconstitucional ou limitar a capacidade do juiz de tomar medidas inaudita altera partes significa restringir o acesso à justiça e desconsiderar o melhor interesse da criança em detrimento de considerações imprecisas.

Portanto, reforça-se que é possível fazer uma interpretação sistemática e adequada do caso em questão, mas ainda assim tomar a decisão de enviar o menor para casa imediatamente. A decisão tomada nesse sentido pode ser alterada por meio do recurso adequado nos casos em que apresente fundamentos genéricos ou arbitrariedades.

E por fim, a Convenção de Haia não retira a necessidade de observância do devido processo legal. Pelo contrário, ela estabelece uma cooperativa internacional, onde as autoridades competentes de cada país devem respeitar as leis nacionais do país em que a criança se encontra, garantindo que qualquer decisão de devolução da criança ao seu país de origem seja tomada com base em um processo judicial, que inclui a análise de circunstâncias específicas e de interesse superior da criança.

Portanto, não há violação do devido processo legal ou do direito ao contraditório e muito menos ofensa ao princípio do melhor interesse da criança; o que se busca é um acesso efetivo à justiça, que é alcançado rapidamente.

Questionar o instituto inaudita altera partes para o retorno imediato do menor é questionar sua integridade na sistemática processual brasileira, mesmo que indiretamente. Aqueles que afirmam que a decisão de retorno imediato deve ser sempre precedida de uma avaliação prévia das circunstâncias fáticas esquecem que a repatriação é frequentemente essencial para garantir o melhor interesse da criança. É amplamente reconhecido que não existem direitos fundamentais absolutos; portanto, para proteger os interesses do menor, o contraditório e a ampla defesa podem ser diminuídos, mas nunca eliminados por completo.

De 200 pedidos de retorno imediato, apenas cerca de 50 foram deferidos, de acordo com o parecer da Advocacia Geral da União (AGU). Isso mostra que o retorno imediato não é uma ação automática; a maioria dos pedidos é rejeitada, indicando uma análise cuidadosa e cuidadosa dos detalhes do caso específico.

Por fim, de maneira indutiva, a parte requerente generaliza a realidade de forma distorcida, hiperbólica e sem fundamento, baseando-se em um único caso concreto (decisão do TRF). Assim, a rejeição do pedido é necessária.

Por fim, a legislação em questão não viola a Constituição Federal; em vez disso, visa garantir a execução eficiente das leis internacionais para proteger as crianças e garantir que seus direitos fundamentais sejam respeitados nos processos judiciais. A preservação da constitucionalidade da norma promove um equilíbrio justo entre a proteção das crianças e a conformidade do Brasil com seus compromissos internacionais, reafirmando os princípios constitucionais e a justiça na resolução de disputas internacionais de custódia.

9 ABORDAGENS E MEDIDAS PARA A PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO

9.1 POLÍTICAS E ACORDOS INTERNACIONAIS

A Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (1980) foi criada com o objetivo de garantir o retorno rápido das crianças sequestradas para o país de residência habitual. No entanto, sua eficácia depende da cooperação mútua entre os Estados signatários. Em alguns casos, desafios como a falta de treinamento adequado de juízes e advogados sobre a aplicação da Convenção e interpretações divergentes do conceito de "residência habitual" afetam a eficácia dos processos de retorno.

Exemplos de sucesso podem ser observados em países como o Reino Unido, onde a aplicação rigorosa da Convenção resultou em uma alta taxa de restituição. Por outro lado, países que não são signatários ou que possuem lacunas no cumprimento das diretrizes enfrentam dificuldades para resolver casos complexos, como em situações envolvendo refugiados ou países com sistemas legais conflitantes.

Outros acordos, como a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança (1996) e o Protocolo Facultativo relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil (2000), da Convenção dos Direitos da Criança, complementam a Convenção de Haia. Estes instrumentos trazem mecanismos adicionais de proteção e fiscalização que visam salvaguardar o bem-estar das crianças, enfatizando a proteção contra sequestro, tráfico e abuso.

A avaliação da eficácia dos tratados internacionais destaca a importância da harmonização das legislações nacionais com os acordos internacionais, além de práticas efetivas de cumprimento e monitoramento das decisões judiciais para assegurar a proteção da criança em cada caso específico.

9.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A resolução eficaz de casos de sequestro internacional de crianças exige cooperação entre diferentes Estados e instituições. Isso inclui, em primeiro lugar, a comunicação ativa entre as autoridades centrais designadas pela Convenção de Haia, que atuam como

intermediárias entre os países envolvidos. Nos casos em que os Estados não mantêm uma colaboração eficiente, o processo pode se estender, prejudicando as crianças e suas famílias.

Por exemplo, o relacionamento entre Estados Unidos e Canadá no tratamento de sequestros internacionais de crianças tem sido considerado um modelo de cooperação eficaz, devido à proximidade cultural, geográfica e ao comprometimento dos dois países com a aplicação da Convenção. Por outro lado, em relações bilaterais entre países com sistemas jurídicos profundamente diferentes ou relações diplomáticas tensas, como entre países da União Europeia e alguns Estados do Oriente Médio, a resolução pode ser muito mais lenta e complicada.

A Interpol desempenha um papel fundamental na cooperação transnacional, ajudando a localizar crianças desaparecidas e facilitando o diálogo entre as autoridades competentes. Organizações como a Missing Children Europe e o International Centre for Missing & Exploited Children (ICMEC) também fornecem plataformas de coordenação, desenvolvendo redes de alerta e sensibilização para prevenir sequestros e acelerar a localização de crianças.

Em adição à aplicação da Convenção de Haia, a cooperação internacional pode ser fortalecida por meio de tratados bilaterais ou regionais, além de práticas de treinamento conjunto entre Estados para melhorar o entendimento das obrigações legais, a troca de informações e o tratamento adequado de questões culturais que possam influenciar os casos.

9.3 RECURSOS E APOIO PARA VÍTIMAS E FAMÍLIAS

As crianças sequestradas internacionalmente e suas famílias enfrentam enormes desafios emocionais, legais e sociais. Para amenizar esses impactos, é essencial que os governos, organizações internacionais e ONGs ofereçam suporte abrangente.

O apoio psicológico é fundamental para as crianças, que podem apresentar sinais de trauma severo, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Programas especializados de aconselhamento para crianças, como os desenvolvidos por entidades como UNICEF e Savethe Children, têm se mostrado eficazes em mitigar os efeitos a longo prazo dos sequestros, ajudando as crianças a processarem suas experiências e se adaptarem ao retorno ao país de origem ou a uma nova realidade familiar.

O suporte legal também é crucial, pois os pais e responsáveis muitas vezes enfrentam longas batalhas judiciais em sistemas que eles desconhecem ou que operam com leis conflitantes. Muitas vezes, eles precisam de ajuda para navegar pelas complexidades das leis internacionais e locais sobre sequestro e custódia de crianças. Projetos como o Global Child Abduction Case Database (GCA), da Hague Conference on Private International Law

(HCCH), auxiliam advogados e famílias fornecendo informações jurídicas detalhadas e atualizadas.

A assistência social, por sua vez, pode incluir programas de reunificação familiar, que atuam no sentido de garantir a reconciliação e mediação entre as partes envolvidas. Essas iniciativas são essenciais para assegurar que o bem-estar da criança seja colocado em primeiro plano. Em casos onde a devolução da criança ao país de residência habitual não é possível ou recomendada, programas de integração cultural e adaptação social, como os implementados pela OIM (Organização Internacional para as Migrações), podem ajudar as crianças e suas famílias a reconstruir suas vidas em um novo contexto.

Além disso, a criação de redes de apoio entre famílias afetadas pode ser uma medida eficaz para fornecer apoio emocional e troca de experiências, ajudando as vítimas a se sentirem menos isoladas e mais fortalecidas para lidar com a situação.

Aproximadamente 1.200 casos são registrados anualmente na Europa, segundo dados da Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças. No Brasil, as ocorrências aumentaram significativamente nos últimos anos. Essa verdade mostra que as crianças são vulneráveis e que os sistemas de proteção estão falhando. É necessária uma análise urgente e crítica.

Esse assunto se torna mais importante quando se leva em consideração os direitos humanos e a proteção integral de menores. Além de ser uma infração legal, o sequestro internacional viola os direitos fundamentais das crianças, prejudicando seu crescimento emocional, social e psicológico. É fundamental que a sociedade e os legisladores sejam alertados sobre a importância de proteger as crianças de migrantes e conflitos familiares.

O objetivo deste artigo é examinar o sequestro internacional de crianças e adolescentes. Ele examina as razões para esse fenômeno, a análise da ADI, e também discute possíveis soluções para mitigação e resolução do problema. Ao fornecer uma perspectiva abrangente e fundamentada, o objetivo é promover um debate mais informado e a criação de soluções que garantam a segurança e os direitos das crianças, bem como um ambiente mais justo e seguro para seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sequestro internacional de crianças e adolescentes é uma questão que transcende fronteiras, demandando esforços conjuntos e cooperação internacional para proteger os direitos e o bem-estar das vítimas. Este estudo explorou as implicações jurídicas, sociais e

emocionais desse fenômeno, destacando as lacunas existentes nos sistemas de proteção e a importância de tratados como a Convenção de Haia de 1980.

Embora a Convenção forneça um arcabouço essencial para a devolução imediata de menores ilicitamente transferidos, sua aplicação enfrenta desafios práticos devido às diferenças entre os sistemas jurídicos e culturais dos países envolvidos. Ademais, as consequências psicológicas para as crianças e suas famílias sublinham a necessidade de suporte abrangente, incluindo assistência legal, psicológica e social.

O fortalecimento de políticas públicas e a capacitação de profissionais são medidas urgentes para tornar os processos mais eficientes e humanizados. A criação de redes de apoio internacional e o aprimoramento da cooperação entre Estados são fundamentais para evitar novos casos e resolver disputas de forma mais célere, sempre priorizando o melhor interesse da criança.

Por fim, reafirma-se a relevância de garantir que o Brasil cumpra seus compromissos internacionais sem comprometer os princípios constitucionais, como o direito à convivência familiar e o acesso à justiça. A implementação eficaz das normas e tratados discutidos neste trabalho é essencial para promover um ambiente mais seguro e justo para o desenvolvimento das crianças e adolescentes envolvidos em conflitos de sequestro internacional.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, M. Sequestro internacional de crianças: uma análise da Convenção de Haia. 3. ed, São Paulo/SP, Revista de Direito Internacional, janeiro 2018.

Cidrão, T. V., Muniz, A. W., & Sobreira, S. A. R. (2018). Sequestro internacional de crianças: uma análise da Convenção de Haia de 1980. *Ponto-E-Vírgula*, (23), 44–59. <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2018i23p44-59>

BARBOSA, L. Custódia e Sequestro de Menores no Direito Internacional, 1. ed, São Paulo/SP, Saraiva, agosto 2017.

CUNHA, R. J. A Aplicação da Convenção de Haia no Brasil. *Revista Brasileira de Direito*, 5. ed, Rio de Janeiro, fevereiro 2019.

FREITAS, S. A importância da ADI 4.245 no Direito Internacional de Família, 1. ed, *Revista Jurídica*, outubro 2020.

HAIA. Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, 1. ed, março 1980.

LIMA, V. S. A Complexidade do Sequestro Internacional de Crianças, 3. ed. Rio de Janeiro, Forense, julho 2020.

LOPES, T. Direitos da Criança e os Tratados Internacionais, 2.ed. Revista de Direito da Criança, São Paulo/SP, abril 2021.

ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança, 1. ed, Acre/AC, junho 1989.

PEREIRA, A. & SOUZA, F. Impactos Psicológicos do Sequestro Internacional de Crianças, 1. ed, Revista Psicologia e Justiça, janeiro 2020.

SILVA, J. P. O Transtorno de Estresse Pós-Traumático em Crianças Vítimas de Sequestro Internacional, 1. ed, Revista Brasileira de Psicologia, outubro 2015.

ARAÚJO, Nádia de. Direito Internacional Privado – Teoria e Prática Brasileira. 3 ed. Renovar, Rio de Janeiro, 2006.

GUILHERME, Janaina Matias. **Sequestro internacional de crianças e a insegurança jurídica causada pela lentidão do estado brasileiro**. Jan. 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/358534/sequestro-internacional-de-criancas-e-a-inseguranca-juridica>

FRANCO, Leonardo V.; LACERDA, Lorena R.; CARDOSO, Luiza T. Sequestro Internacional de Crianças: Análise da Convenção de Haia. **Anais do IV Congresso de Processo Civil Internacional**, Vitória, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/processocivilinternacional/article/view/31476/20953>. Acesso em: 30 set. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Workshop - Aspectos civis do sequestro internacional de crianças (Tarde)**. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2022. 1 Vídeo (4h, 19min e 46seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uVyjS6iHqcw>. Acesso em: 30 set. 2024.

CIDRÃO, T. V.; MUNIZ, A. W.; SOBREIRA, S. A. R. Sequestro internacional de crianças: uma análise da Convenção de Haia de 1980. **Ponto-e-Vírgula**, [S. l.], n. 23, p. 44–59, 2018. DOI: 10.23925/1982-4807.2018i23p44-59. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/36255> . Acesso em: 30 set. 2024.

SIFUENTES, Mônica. Sequestro interparental – a experiência brasileira na aplicação da Convenção da Haia de 1980. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**. Brasília. v. 21, n. 5, p. 63-66, maio. 2009. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/35914> . Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. ADI/4145. Controle de Constitucionalidade. Relator Min. Luís Roberto Barroso. Brasília, maio. 2009. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2679600> . Acesso em: 30 set. 2024.

ALBUQUERQUE, Anderson. **Sequestro interparental**, 2018. Disponível em: <https://www.andersonalbuquerque.com.br/artigo%w26conteudo=sequestro-interparental>. Acesso em: 7 nov. 2024.